

ÁREA TEMÁTICA: COOPERATIVISMO

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM COOPERATIVAS DE
AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA**

**WOMEN'S PARTICIPATION IN FAMILY FARMING COOPERATIVES IN
CEARÁ: A STATISTICAL ANALYSIS**

36° ENANGRAD

Resumo

Este artigo analisa a participação feminina em cooperativas de agricultura familiar no Ceará, destacando a importância da inclusão de mulheres para promover uma gestão diversificada e a sustentabilidade das organizações. Mesmo realizando várias funções na unidade familiar, as mulheres, por vezes, não têm acesso à renda e não participam das decisões sobre a gestão rural, comprometendo sua autonomia. As cooperativas oferecem estabilidade aos agricultores familiares, organizando a produção e melhorando a competitividade. Muitas cooperativas de agricultura familiar surgiram para organizar agricultores visando vendas institucionais, promovendo a inclusão de alimentos regionais e fortalecendo a produção local. No Ceará, essas cooperativas são essenciais para a segurança alimentar e geração de empregos nas comunidades rurais, além de empoderar mulheres, criando oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A análise quantitativa da participação das mulheres em cooperativas de agricultura familiar no Ceará foi realizada com dados coletados do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da análise dos extratos de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Foram selecionadas cinco cooperativas atuantes em diferentes regiões do estado: Grande Fortaleza, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns, Sertão do Canindé e Cariri. Os dados analisados incluíram o número total de associados, desagregados por gênero, e informações sobre a participação feminina em cargos de liderança e em atividades produtivas. A análise revelou que a média de participação feminina (39.8) é maior que a média masculina (31.8), sugerindo um avanço na inclusão feminina. No entanto, a variação na participação entre as cooperativas indica a necessidade de estratégias específicas para promover a igualdade de gênero. A partir desses resultados, podem-se desenvolver estratégias mais direcionadas e eficazes para promover a igualdade de gênero nas cooperativas de agricultura familiar no Ceará.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Igualdade de Gênero.

ABSTRACT

This article analyzes the participation of women in family farming cooperatives in Ceará, highlighting the importance of including women to promote diverse management and the sustainability of the organizations. Despite performing various functions in the household, women sometimes do not have access to income and do not participate in decisions about rural management, compromising their autonomy. Cooperatives offer stability to family farmers by organizing production and improving competitiveness. Many family farming cooperatives have emerged to organize farmers for institutional sales, promoting the inclusion of regional foods and strengthening local production. In Ceará, these cooperatives are essential for food security and job creation in rural communities, as well as for empowering women, creating opportunities for personal and professional development. The quantitative analysis of women's participation in family farming cooperatives in Ceará was conducted using data collected from the Ministry of Agrarian Development (MDA) website, through the analysis of the Declaration of Aptitude for Pronaf (DAP) extracts. Five cooperatives operating in different regions of the state were selected: Greater Fortaleza, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns, Sertão do Canindé, and Cariri. The analyzed data included the total number of members, disaggregated by gender, and information about women's participation in leadership roles and productive activities. The analysis revealed that the average female participation (39.8%) is higher than the average male participation (31.8%), suggesting progress in female inclusion. However, the variation in participation among cooperatives indicates the need for specific strategies to promote gender equality. Based on these results, more targeted and effective strategies can be developed to promote gender equality in family farming cooperatives in Ceará.

Keywords: Family Farming, Cooperativism, Gender Equality.

.1. Introdução

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), composta por 193 Estados-membros da ONU, definiu metas globais fundamentais com o objetivo de garantir que “ninguém no mundo fosse deixado para trás” (ODIS, 2023). Essas metas fazem parte da Agenda 2030, que prevê uma série de ações voltadas para a erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura sustentável, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades e muitas outras questões sociais e ambientais críticas que afetam a vida das pessoas em todo o mundo. Entre esses 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o quinto destaca-se pela promoção da igualdade de gênero e pelo empoderamento feminino. Este objetivo reconhece que, para alcançar um desenvolvimento sustentável, é essencial promover a equidade entre homens e mulheres, não apenas como um direito humano fundamental, mas também como um fator indispensável para o progresso econômico e social.

No Brasil, as mulheres rurais começaram a vislumbrar conquistas significativas em termos de direitos trabalhistas apenas a partir de 1990, com a introdução de leis que garantiram benefícios como aposentadoria e salário-maternidade (AIMTR-SUL, 1994). Contudo, a realidade permanece desafiadora. Dados do IBGE (2014) revelam que as mulheres trabalham, em média, três horas a mais por semana do que os homens, enfrentando a paradoxal situação de possuírem um nível educacional superior, mas ainda assim recebendo salários inferiores. Nas atividades agrícolas, essa disparidade se agrava, pois muitas mulheres experienciam uma carga de trabalho que chega a ser dupla ou tripla, expandindo suas responsabilidades para além do ambiente profissional e adentrando nas esferas doméstica e comunitária (PAULILO, 1987). Apesar de seu significativo envolvimento em diversos meios laborais dentro da unidade familiar, as mulheres frequentemente não têm acesso à renda gerada pelo seu trabalho e são excluídas dos processos de decisão em relação à gestão da propriedade rural. Essa exclusão compromete profundamente sua autonomia pessoal e financeira (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

36° ENANGRAD

Paulilo (2003) enfatiza que o trabalho, seja ele remunerado ou não, é uma peça central no movimento feminista, sendo a obtenção de renda um fator crucial para a independência e autonomia das mulheres. Quando as mulheres começam a questionar sua condição social no ambiente rural, elas têm a capacidade de formular estratégias para alterar sua realidade, buscando sua voz e presença em um espaço que historicamente foi dominado por normas patriarcais (NOVELLINO, 2004; STROPASOLAS, 2004).

Na análise de Petesch et al. (2005), o empoderamento feminino é considerado não apenas necessário, mas também crucial por seus impactos diretos e indiretos no desenvolvimento socioeconômico das sociedades, pois à medida que as mulheres se empoderam, elas diminuem sua dependência e aumentam sua capacidade individual de fazer escolhas informadas, o que resulta em um círculo virtuoso de melhorias sociais e econômicas.

Segundo Kishor e Subaiya (2008), mulheres que vivem em áreas rurais tendem a ter menos autonomia nas tomadas de decisão em comparação com suas contrapartes urbanas. Essa diferença é corroborada por Sen (2000, p. 226), que salienta que “[...] a contribuição da mulher para a prosperidade da família é mais visível quando ela trabalha fora de casa e recebe um salário, pois isso também lhe confere maior voz ativa, reduzindo a dependência de outras pessoas”. Essa realidade é, em grande medida, observável entre as mulheres urbanas, que frequentemente ocupam papéis mais ativos em suas famílias e comunidades. Em contraste, a atuação das mulheres rurais ainda está muitas vezes vinculada à manutenção da vida familiar e das atividades domésticas, com pouca visibilidade e voz nas questões econômicas mais amplas.

Nos últimos anos, análises econômicas têm aumentado, buscando explorar a participação das mulheres em comparação aos homens nas atividades agrícolas, com foco especial no processo de tomada de decisões dentro dessas comunidades (Gupta et al., 2017). Esses estudos se destacam por utilizar a coleta de dados primários, que traz uma riqueza de informações colhidas em pesquisas de campo. Este enfoque é de suma importância quando o objetivo é compreender o papel feminino no desenvolvimento socioeconômico dentro do contexto específico em que cada mulher está inserida.

Em meio a este cenário, o cooperativismo se apresenta como uma ferramenta estratégica para a superação dessa condição social adversa, proporcionando às mulheres oportunidades de empoderamento através de atividades que geram renda e, conseqüentemente, autonomia financeira (SALVARO et al., 2014). O papel do cooperativismo na agricultura tem sido amplamente reconhecido, uma vez que oferece estabilidade e segurança para agricultores familiares que enfrentam grandes desafios em um mercado agrícola em constante transformação (ANDRADE E ALVES, 2013). Nesse contexto, Pires (2010) observa que as cooperativas têm a capacidade de organizar tanto o espaço quanto a produção rural, potencializando assim as vantagens competitivas da agricultura familiar.

De acordo com o Anuário do Cooperativismo de 2024, divulgado pela OCB, até dezembro de 2023, o Brasil possuía um total de 1.179 cooperativas agropecuárias registradas. Contudo, é fundamental ressaltar que os dados fornecidos pela Organização das Cooperativas do Estado do Ceará (OCBCE) não abrangem a totalidade do cooperativismo no estado, uma vez que muitas cooperativas operam independentemente e não estão filiadas à OCBCE, o que significa que não estão incluídas nas estatísticas estaduais e nacionais apresentadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Entre as diversas iniciativas, muitas cooperativas da agricultura familiar surgiram para organizar esses agricultores, focando, especialmente, na participação em vendas institucionais, com ênfase na venda de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com o processo de municipalização, o FNDE começou a recomendar que os cardápios fossem elaborados com alimentos regionais, respeitando a cultura alimentar local e promovendo a utilização de produtos in natura oriundos da agricultura familiar. Este enfoque visa não apenas melhorar a qualidade da alimentação dos estudantes, mas também fortalecer a produção local de alimentos (TURPIN, 2009).

Considerando que esse modelo de cooperativas possibilita que seus membros compartilhem não apenas os lucros, mas também conhecimentos, habilidades e experiências, fica claro que, nesse contexto, as cooperativas podem promover a solidariedade e a inclusão social.

No Ceará, as cooperativas de agricultura familiar desempenham um papel vital na promoção da segurança alimentar e na geração de emprego e renda nas comunidades rurais. Equilibrando as dinâmicas sociais e de gênero, as cooperativas emergem como espaços de empoderamento para mulheres, oferecendo oportunidades essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Em um cenário onde as mulheres historicamente enfrentam múltiplas camadas de exclusão, a participação ativa nelas e a promoção de suas capacidades se tornam ainda mais necessárias.

Em suma, ao considerar a importância da participação das mulheres em todos os âmbitos, tanto urbanos quanto rurais, reconhecemos que, por meio de práticas discursivas e da interação entre os indivíduos em suas comunidades e com o poder público, é possível criar e fortalecer espaços mais democráticos e inclusivos. No Estado do Ceará, onde diversas cooperativas da agricultura familiar estão ativas e promovendo mudanças significativas, é dentro desse ambiente que o presente estudo se propõe a descrever a evolução do número de mulheres engajadas em uma Cooperativa específica do Ceará. Esta investigação busca entender não apenas o aumento da participação feminina, mas também as razões subjacentes a esse fenômeno, começando com um breve histórico da cooperativa em questão e seguido pela análise dos dados encontrados.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Agricultura Familiar

A agricultura familiar é caracterizada pela gestão da propriedade e a maior parte do trabalho sendo realizados por indivíduos que possuem laços de sangue ou de matrimônio entre si (ABRAMOVAY, 1997). A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2016), define como agricultor familiar aquele que realiza atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes critérios: não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente a mão-de-obra familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter um percentual mínimo da renda familiar originada dessas atividades; e gerir o estabelecimento ou empreendimento com a ajuda da família.

No entanto, a agricultura familiar não se restringe ao uso do trabalho familiar na produção. Vários são os autores que apontam seu papel enquanto um sistema de reprodução social. A esse respeito, Salvoldi e Cunha (2010, p. 25) dizem que esse sistema tem na família a “estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceituais ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural”. Entre essas estratégias estão, segundo Martins (2001), as doações periódicas de familiares de remessas de dinheiro obtidas em outros setores da economia e em subsídios como aposentadorias ou bolsas, que em última instância contribuem para a manutenção do patrimônio familiar que garante o desenvolvimento das atividades agropecuárias

Até o início da década de 1990 os agricultores familiares não contavam com nenhum tipo de política pública adaptada a sua realidade. A criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, foi uma grande conquista para os agricultores e agricultoras que até então eram negligenciados e não possuíam acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (MATTEI 2014).

Além disso, destacamos a grande influência da política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa iniciativa é estrategicamente voltada para garantir e melhorar a alimentação dos estudantes da rede pública de ensino, ao mesmo tempo que fortalece a produção rural. O PNAE realiza a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar local, promovendo assim a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

2.2. Cooperativismo

De acordo com Sabourin (2006), o movimento cooperativista surgiu no século XIX com o propósito de encontrar soluções para os problemas socioeconômicos da época, resultantes do liberalismo econômico e da Revolução Industrial. Nesse período, havia enormes dificuldades para a aprovação de acordos de trabalho, o que levou à opressão, a salários baixos e a condições de trabalho precárias, especialmente devido ao uso de mão de obra infantil e a jornadas de trabalho de 16 horas por dia (REISDORFER, 2014).

Conforme Leal (2013), o cooperativismo teve início em 1844 em Manchester, Inglaterra, com os pioneiros de Rochdale. Nesse contexto, 28

trabalhadores, sendo 27 homens e uma mulher, a maioria tecelões, fundaram a primeira cooperativa moderna, conhecida como Sociedade dos Probos de Rochdale.

Para Lauschner (1994), o cooperativismo é um modelo de economia solidária que busca priorizar o fator trabalho em relação ao capital. Dessa forma, torna-se uma alternativa viável para a inclusão dos agricultores em um mundo globalizado e competitivo (PIRES, 2010).

No Brasil, o cooperativismo teve início no final do século XIX com a fundação da primeira cooperativa de consumo em Ouro Preto, Minas Gerais. Posteriormente, outros estados, como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, também se tornaram sede das primeiras cooperativas estabelecidas no país (BALDISSARELL, 2018).

De acordo com Gianezini (2010), o cooperativismo desempenha um papel significativo no mundo, servindo como uma ferramenta de mudança e oportunidade para muitos produtores rurais. As cooperativas agrícolas não apenas estabeleceram uma conexão entre a agricultura familiar e os sistemas modernos de produção, mas também promoveram a articulação entre produtores, **instituições** públicas de fomento e o mercado consumidor (SABOURIN, 2006).

2.3. Igualdade de Gênero

O termo "sexo" diz respeito às distinções biológicas entre homens e mulheres. Já "gênero" refere-se às diferenças construídas socialmente nos atributos e oportunidades associadas ao sexo feminino ou masculino, além das interações e relações sociais entre homens e mulheres.

Para Arzabe (2018), gênero pode ser compreendido como as relações, papéis, comportamentos, atividades e atributos de uma determinada sociedade, que ocorrem em determinado tempo e espaço, os quais são considerados adequados ou não para mulheres e homens, sendo um conceito variável no tempo e no espaço.

De acordo com Gaspareto (2009), as relações de gênero criam dinâmicas de poder que podem ser observadas na divisão e organização do trabalho agrícola, bem como no acesso à renda, entre outros aspectos. Quando pensamos sobre gênero no meio rural, podemos observar que ocorreram muitos avanços e conquistas ao longo do tempo, porém ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados como, por exemplo, a dependência financeira e a hegemonia ideológica dos homens (ALLEN, 2002), a associação do trabalho agrícola ao sexo masculino (BRANDTH, 2006), além dos obstáculos naturalizados pela família, comunidade e pela própria mulher (SUÁREZ, 2008).

Quando pensamos sobre gênero no meio rural, podemos observar que ocorreram muitos avanços e conquistas ao longo do tempo, porém ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados como, por exemplo, a dependência financeira e a hegemonia ideológica dos homens (ALLEN, 2002).

Frequentemente, o trabalho das mulheres na agricultura não recebe o devido reconhecimento. Segundo De Heredia e Cintrão (2012), as mulheres são responsáveis pela horta (quintal) e pelos animais de pequeno porte que são destinados ao autoconsumo familiar.

Conforme Marcone (2009), apesar de as mulheres serem responsáveis pela maior parte do trabalho na agricultura e produzirem a maioria dos alimentos consumidos, o trabalho realizado por elas ainda não é reconhecido. Essas mulheres possuem menos de 2% das terras cultiváveis e recebem apenas 1/3 da renda mundial.

De acordo com Leal (2013), diversos esforços têm sido realizados para aumentar a participação das mulheres no setor do cooperativismo. Um exemplo disso foi a criação, em 1995, do Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe, pela Aliança Cooperativa Internacional, que representa o cooperativismo mundialmente. Além disso, em 2004, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criou a Coopergênero, como outra iniciativa para fortalecer a participação feminina no cooperativismo (LEAL, 2013).

Esforços para alcançar a igualdade de gênero também vêm sendo feitos dentro da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com a implementação do Comitê de Mulheres Elas pelo Coop. Criado em 2021, o comitê tem como principal objetivo ampliar a participação de mulheres na liderança das cooperativas, promovendo um ambiente mais inclusivo e igualitário.

O Comitê de Mulheres Elas pelo Coop foi estabelecido como uma resposta à necessidade de fortalecer a representação feminina nas posições de liderança dentro das cooperativas. Historicamente, as mulheres têm enfrentado diversas barreiras culturais e institucionais que dificultam seu acesso a cargos de gestão e tomada de decisão. Essas barreiras incluem preconceitos de gênero, falta de oportunidades de formação e redes de apoio insuficientes.

Uma das principais estratégias do comitê é a realização de programas de capacitação e desenvolvimento de habilidades voltados para mulheres. Esses programas incluem workshops, cursos e treinamentos específicos que visam preparar as mulheres para assumir posições de liderança, fortalecendo suas competências em áreas como gestão, comunicação, negociação e tomada de decisão. Além disso, o comitê promove eventos e conferências que facilitam a troca de experiências e a construção de redes de apoio entre as mulheres cooperativistas.

Outra iniciativa importante do Comitê de Mulheres Elas pelo Coop é a realização de campanhas de sensibilização e conscientização sobre a importância da igualdade de gênero no cooperativismo. Essas campanhas buscam combater preconceitos e estereótipos de gênero, incentivando tanto homens quanto mulheres a promoverem uma cultura de respeito e inclusão dentro das cooperativas. Através dessas campanhas, o comitê espera criar um ambiente onde as mulheres se sintam encorajadas e capacitadas para buscar e assumir posições de liderança.

O comitê também atua na articulação com outras entidades e instituições, tanto nacionais quanto internacionais, que trabalham pela promoção da igualdade de gênero e pelo fortalecimento do papel das mulheres

nas organizações. Essas parcerias permitem a troca de boas práticas e a implementação de iniciativas conjuntas que podem ampliar o alcance e o impacto das ações do Comitê de Mulheres Elas pelo Coop.

Os esforços do comitê têm mostrado resultados promissores, com um aumento gradual na presença feminina em cargos de liderança nas cooperativas. No entanto, o caminho para a igualdade de gênero ainda é longo e exige a continuidade e ampliação dessas iniciativas. Através do fortalecimento do Comitê de Mulheres Elas pelo Coop e da implementação de políticas públicas e estratégias específicas, é possível construir um cooperativismo mais justo, inclusivo e sustentável, onde homens e mulheres têm as mesmas oportunidades de participação e liderança.

Bem como, importante alterações legislativas no sentido de incluir as mulheres como grupos prioritários em critérios de seleção para compras institucionais.

3. Metodologia

A metodologia deste estudo utiliza uma abordagem quantitativa, com o objetivo de realizar uma análise estatística da participação das mulheres em cooperativas de agricultura familiar no Ceará. Foram selecionadas cinco cooperativas atuantes em diferentes regiões do estado, abrangendo as áreas de Grande Fortaleza, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns, Sertão do Canindé e Cariri. Todas as cooperativas selecionadas operam há, no mínimo, cinco anos, garantindo assim uma base consolidada de atuação e dados consistentes para a análise.

Os critérios de seleção das cooperativas incluíram o tamanho do quadro de associados, a diversidade na atuação e o reconhecimento da cooperativa no contexto estadual. Esses critérios foram adotados para assegurar uma representatividade adequada das diferentes realidades encontradas no estado do Ceará.

Os dados foram coletados no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da análise dos extratos de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A escolha dessa fonte de dados se deve à sua abrangência e

confiabilidade, já que o DAP é um documento essencial para a formalização e reconhecimento dos agricultores familiares. O DAP serve como um registro oficial que valida a condição de agricultor familiar, permitindo acesso a diversos benefícios e programas de apoio governamental. É um documento que certifica que o agricultor atende aos critérios definidos pela legislação, como a posse de uma área limitada de terra e a predominância do uso da mão-de-obra familiar.

A análise dos extratos de DAP permite obter uma visão detalhada e precisa da estrutura das cooperativas e da participação dos seus membros. Os dados desagregados por gênero fornecem informações valiosas sobre a distribuição de homens e mulheres entre os associados, possibilitando uma avaliação da inclusão feminina em diferentes atividades e cargos dentro das cooperativas.

As informações relevantes para análise incluíram o número total de associados, desagregados por gênero, e dados sobre a participação feminina em cargos de liderança. A análise focou na situação atual da participação feminina nas cooperativas, utilizando os dados mais recentes disponíveis até 2025. Essa delimitação temporal foi escolhida para fornecer um panorama atualizado e preciso da realidade das cooperativas.

Para a análise dos dados, foram aplicadas técnicas de estatística descritiva, que permitiram calcular médias, mediana e medidas de dispersão, como desvio padrão, em relação à participação de mulheres nas cooperativas. Essas medidas são essenciais para entender a distribuição dos dados e identificar padrões consistentes. Além disso, foi realizada uma análise exploratória que possibilitou a identificação de tendências e padrões nos dados. Esta abordagem permitiu uma visão mais detalhada e aprofundada dos fatores que influenciam a participação feminina.

Os gráficos de barras foi utilizados para representar a distribuição da participação feminina nas cooperativas, facilitando a comparação entre as cinco cooperativas selecionadas. A visualização gráfica dos dados é uma ferramenta poderosa para a interpretação dos resultados e para a comunicação das conclusões da pesquisa.

Os dados foram tratados e organizados em tabelas, que apresentam de maneira clara e objetiva os resultados obtidos. Essas tabelas são complementadas por gráficos que visualizam melhor os padrões emergentes, ajudando a ilustrar as tendências em relação à participação de gênero nas cooperativas analisadas. As ferramentas estatísticas utilizadas foram selecionadas com base em sua capacidade de fornecer insights significativos sobre os dados, ajudando a construir uma narrativa robusta em torno da participação feminina nas cooperativas de agricultura familiar distribuídas em cinco regiões do Estado do Ceará.

A metodologia adotada neste estudo busca não apenas quantificar a participação feminina, mas também entender as dinâmicas nos quadros de sócios nas cooperativas de agricultura familiar no Ceará. Os resultados obtidos a partir dessa análise podem subsidiar a formulação/continuidade de políticas públicas e estratégias de intervenção que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento feminino nas cooperativas.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Com o objetivo de realizar uma análise estatística da participação das mulheres em cooperativas de agricultura familiar no Ceará. Foram selecionadas cinco cooperativas atuantes em diferentes regiões do estado, abrangendo as seguintes áreas: Grande Fortaleza, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns, Sertão do Canindé e Cariri. Todas as cooperativas selecionadas operam há, no mínimo, cinco anos.

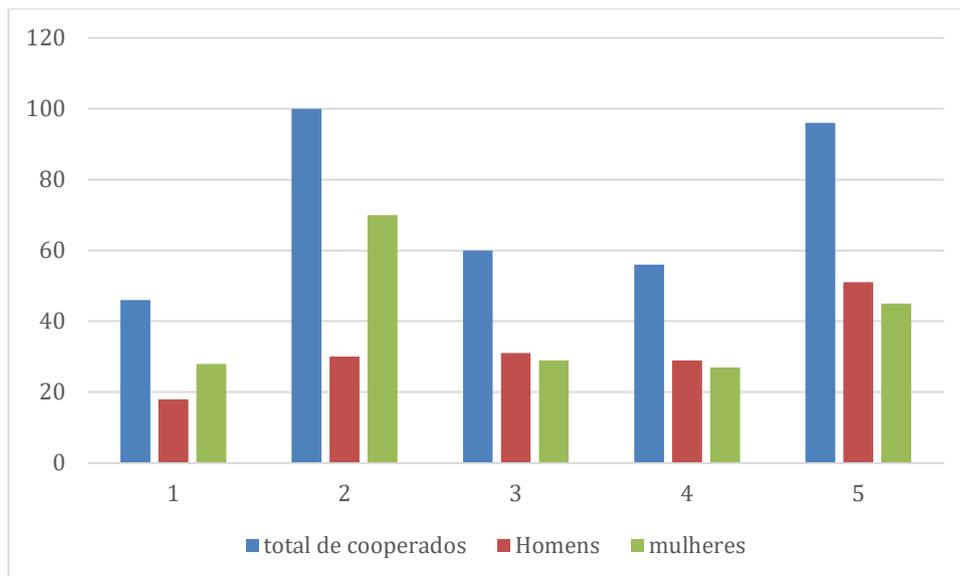
A análise quantitativa da participação das mulheres em cooperativas de agricultura familiar no Ceará revela informações importantes sobre a presença feminina nessas organizações. Foram selecionadas cinco cooperativas atuantes em diferentes regiões do estado, abrangendo áreas como Grande Fortaleza, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns, Sertão do Canindé e Cariri. Todas as cooperativas selecionadas operam há, no mínimo, cinco anos, e os dados foram coletados no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da análise dos extratos de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Os dados analisados incluíram o número total de associados, desagregados por gênero, e informações sobre a participação feminina em cargos de liderança e em atividades produtivas. A análise focou na situação atual da participação feminina nas cooperativas, utilizando os dados mais recentes disponíveis até 2025. Os resultados foram tratados e organizados em tabelas e gráficos, que facilitam a visualização e compreensão das tendências emergentes.

A soma do total de cooperados nas cinco cooperativas foi de 358, com uma média de 71.6 cooperados por cooperativa e uma mediana de 60. O desvio padrão foi de aproximadamente 23.74, indicando uma variação considerável no tamanho das cooperativas. No que diz respeito à participação dos homens, a soma foi de 159, com uma média de 31.8, uma mediana de 30 e um desvio padrão de aproximadamente 11.36. Para as mulheres, a soma foi de 199, com uma média de 39.8, uma mediana de 29 e um desvio padrão de aproximadamente 17.93.

A análise dos dados mostra que a média de participação feminina (39.8) é significativamente maior do que a média de participação masculina (31.8). Isso indica uma predominância da presença de mulheres nas cooperativas analisadas. Além disso, a variação nos dados, representada pelo desvio padrão, é maior entre as mulheres (17.93) do que entre os homens (11.36), sugerindo uma diversidade maior na participação feminina entre as cooperativas.

36° ENANGRAD



Observações notáveis incluem a cooperativa localizada na Grande Fortaleza, que se destaca por ter a maior quantidade de mulheres (70), refletindo uma forte tendência de inclusão feminina. Já a cooperativa no Sertão de Sobral, apresenta uma proporção maior de mulheres (28) em relação aos homens (18), evidenciando um contexto de participação feminina expressiva.

No entanto, entre as cinco cooperativas analisadas, apenas uma possui uma mulher na presidência. Esse dado revela que, apesar de uma participação significativa de mulheres nas cooperativas, a presença feminina em cargos de liderança ainda é limitada. Isso destaca a necessidade de esforços contínuos para derrubar barreiras culturais e institucionais que dificultam o acesso das mulheres a posições de liderança.

Essa análise fornece uma visão detalhada da situação atual da participação feminina nas cooperativas selecionadas, destacando tendências e variações significativas. A presença predominante de mulheres nas cooperativas sugere um avanço na inclusão feminina; no entanto, a variação na participação indica a necessidade de um olhar atento para as particularidades de cada região e cooperativa. A partir desses resultados, podem-se desenvolver estratégias mais direcionadas e eficazes para promover a igualdade de gênero nas cooperativas de agricultura familiar no Ceará.

5. Conclusão e Contribuições

A análise da participação feminina em cooperativas de agricultura familiar no Ceará revela um cenário promissor, mas ainda com desafios a serem superados. Observou-se uma predominância da presença feminina nas cooperativas analisadas, com uma média de participação de 39.8% em comparação com a média masculina de 31.8%. Esse dado sugere um avanço significativo na inclusão das mulheres nessas organizações, indicando que as políticas de incentivo e apoio à participação feminina têm surtido efeito positivo.

Entretanto, a variação na participação feminina entre as diferentes cooperativas, representada por um desvio padrão maior entre as mulheres (17.93) do que entre os homens (11.36), indica que ainda há uma diversidade de contextos e desafios a serem enfrentados. Isso sugere que, apesar do progresso geral, algumas cooperativas ainda apresentam barreiras mais significativas à inclusão feminina. Além disso, a presença de apenas uma mulher em posição de liderança (presidente) nas cinco cooperativas analisadas ressalta a necessidade de intensificar os esforços para derrubar barreiras culturais e institucionais que dificultam o acesso das mulheres a cargos de liderança. Esse dado evidencia que, mesmo com uma participação feminina expressiva, as posições de liderança ainda são majoritariamente ocupadas por homens, o que pode limitar a capacidade das mulheres de influenciar decisões e políticas dentro das cooperativas.

As políticas públicas, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm desempenhado um papel crucial no apoio e fortalecimento da agricultura familiar, promovendo a inclusão de alimentos regionais e fortalecendo a produção local. O PRONAF oferece crédito e apoio técnico aos agricultores familiares, enquanto o PNAE garante a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, proporcionando um mercado seguro para esses produtos. No entanto, é fundamental que essas políticas também incorporem estratégias específicas para promover a igualdade de gênero e a participação feminina em posições de liderança nas cooperativas. Isso pode incluir programas de capacitação voltados para mulheres, campanhas de

sensibilização sobre a importância da igualdade de gênero e incentivos para a inclusão feminina em cargos de liderança.

Além das políticas públicas, é essencial que as próprias cooperativas adotem práticas e estratégias para promover a igualdade de gênero. Isso pode incluir a revisão de regulamentos internos para garantir que não haja discriminação de gênero, a criação de comitês de igualdade de gênero dentro das cooperativas, e a promoção de uma cultura organizacional que valorize e respeite a contribuição das mulheres.

A partir dos resultados obtidos, é possível desenvolver estratégias mais direcionadas e eficazes para criar um ambiente mais inclusivo e igualitário, beneficiando tanto a economia local quanto a qualidade de vida das famílias rurais. Incentivar a participação feminina em cargos de liderança e garantir que as mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades que os homens são passos essenciais para construir uma agricultura familiar mais justa e sustentável no Ceará. Essas estratégias podem incluir a implementação de políticas de quotas para mulheres em cargos de liderança, a criação de redes de apoio para mulheres dentro das cooperativas e a promoção de estudos e pesquisas que identifiquem as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres no setor.

A capacitação contínua das mulheres é também uma peça-chave nesse processo. Programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades específicas podem preparar as mulheres para assumir posições de liderança e enfrentar os desafios inerentes a essas funções. Esses programas podem abranger áreas como gestão financeira, liderança, tomada de decisões, e habilidades de negociação.

Além disso, é importante fomentar a participação ativa das mulheres em fóruns e eventos do setor cooperativista. Isso proporciona visibilidade às mulheres líderes e inspira outras a seguirem o mesmo caminho, criando um ciclo virtuoso de empoderamento e igualdade.

Com essas medidas, será possível não apenas aumentar a participação feminina, mas também garantir que essa participação seja efetiva

e influente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da agricultura familiar no estado. O impacto positivo dessa inclusão se refletirá não apenas nas cooperativas, mas em toda a comunidade rural, promovendo um ambiente mais justo, igualitário e próspero para todos.

Referências Bibliográficas

- Abramovay, R. (1997). Uma nova extensão para a agricultura familiar. Em Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: PNUD.
- Allen, K. E. (2002). The social space(s) of rural women. *Rural Society*, 12(1), 27–44.
- Arzabe, C., Pontes, A. G., Sousa, N. C. I., & Abreu, D. S. B. (2018). Esforços para a igualdade de gênero no mundo, no Brasil e na Embrapa. Em C. Arzabe & V. C. Costa (Orgs.), *Igualdade de gênero*. Brasília: Embrapa.
- Baldissarelli, J. M., Hulse, L., & Klaes, L. S. (2018). A inserção das mulheres no cooperativismo videirense. *Revista Visão: Gestão Organizacional*, 7(1), 80–94.
- Brandth, B. (2006). Agricultural body-building: Incorporations of gender, body, and work. *Journal of Rural Studies*, 22(1), 17–27.
- Brasil. (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm
- De Heredia, B. M. A., & Cintrão, R. P. (2012). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, 8, 1–28.
- Gaspareto, S. A. K. (2009). *As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.
- Gianezini, M. (2010). O cooperativismo e seu papel no processo de desenvolvimento local: experiências no médio norte de Mato Grosso. *Economia Solidária e Ação Cooperativa-ESAC*, 5(1), 37–50.
- Gupta, S., Pingali, P. L., & Pinstup-Andersen, P. (2017). Women's empowerment in Indian agriculture: Does market orientation of farming systems matter? *Food Security*, 9(6), 1447–1463.
- IDIS. (2023). O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social. Recuperado de https://www.idis.org.br/oquesaoodseoqueelestemavercomimpactosocial/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAnpy9BhAkEiwAP8N4vGHhQxvNzyEN5Mh2HJg5pPTd2QY7OzfWmAHHmX1u64NyYBezRzD8hoCUnIQAvD_BwE

- Kishor, S., & Subaiya, L. (2008). Understanding women's empowerment: A comparative analysis of Demographic and Health Surveys (DHS Comparative Reports No. 20). Calverton, MD: Macro International.
- Lauschner, R. (1994). Cooperativismo e agricultura familiar. Mimeo, 7.
- Leal, A. R., & Cotrim, D. (2013). A inserção das mulheres no cooperativismo: Estudo de caso COOMAFITT. Recuperado de http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf
- Marcone, S. (2009). Gênero e igualdade: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo. Em I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo (pp. 23–38). Brasília.
- Martins, J. de S. (2001). Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. Santiago do Chile: FAO. Recuperado de http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/prior/desrural/brasil/souza.PDF
- Organização das Cooperativas Brasileiras. (n.d.). Manual de Implementação de Comitês de Mulheres nas Cooperativas. Recuperado de <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacoes-representacao/manual-de-implementa-o-de-comit-s-de-mulheres-nas-cooperativas>
- Petesch, P., Smulovitz, C., & Walton, M. (2005). Evaluating empowerment: A framework with cases from Latin America. Em D. Narayan (Ed.), *Measuring empowerment: Cross-disciplinary perspectives* (pp. 39–67). Washington, DC: The World Bank.
- Pires, M. L. L. S. (2010). O cooperativismo agrícola como forma de neutralizar desvantagens competitivas da agricultura familiar. In XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Reisdorfer, V. K. (2014). Introdução ao cooperativismo. Santa Maria: UFSM, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil.
- Sabourin, E. (2006). Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural (Núcleo de Estudos Avançados, 6[23]). Brasília: Universidade de Brasília.
- Salvaro, G. I. J., Estevam, D. O., & Felipe, D. F. (2014). Mulheres em cooperativas rurais virtuais: Reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 390–405.
- Savoldi, A., & Cunha, L. A. (2010). Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. *Revista Geografar*, 5(1), 25–45. <https://doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

- Silva, L. N. O. (2017). As mulheres no cooperativismo: "Aí é como eu disse, é desafio!".
- Turpin, M. E. (2009). A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 16(2), 20–42. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783/2702>

